

Conferência Sindical Internacional (CGTP-IN)

O Futuro do Trabalho – A Valorização do Trabalho e dos Trabalhadores

A discussão sobre o futuro do trabalho, a valorização do trabalho e dos trabalhadores é um debate contemporâneo de grande relevância e em boa hora proposto pela CGTP-IN. Cumprimentamos a direção da CGTP-IN pela importante iniciativa de promover esta Conferência. Agradecemos imensamente o honroso convite para que a CTB pudesse compartilhar reflexões sobre o tema.

Acreditamos que o movimento sindical precisa aprofundar o estudo dessa nova etapa da reestruturação produtiva, propor formas alternativas de organização sindical enfrentar as mudanças produzidas pela revolução técnico-científica e as novas formas de gestão e organização do trabalho.

Especialistas avaliam que a aceleração da reestruturação produtiva - a chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0, - provocará um grande aumento da produtividade, da exploração do trabalho e a substituição em escala não desprezível do trabalho humano por máquinas.

Inteligência artificial, robótica, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, computação quântica – eis as novas palavras criadas para designar os avanços da ciência e da tecnologia aplicados na produção de materiais e na realização dos mais variados serviços.

Acreditamos que o movimento sindical de orientação classista e progressista não pode se opor ao avanço da ciência e da tecnologia. Não prega o retorno do luddismo, concepção que considerava as máquinas, e não os detentores do capital, como inimigas dos trabalhadores e responsáveis únicas pelo desemprego.

Nossa compreensão é que a luta por uma sociedade mais avançada considera a ciência e a tecnologia meios importantes para a humanidade perseguir objetivos nobres e alcançar avanços civilizatórios. Permanece na ordem do dia a luta pelo pleno emprego, por menores jornadas de trabalho e qualidade de vida.

Para que isso ocorra, os frutos do desenvolvimento científico e tecnológico não podem beneficiar, como ocorre no capitalismo, uma pequena minoria. A lógica do capitalismo de busca incessante do lucro máximo transforma todos os avanços nos processos produtivos em meio para ampliar a extração de mais valia relativa e absoluta.

Marx, ao estudar o desenvolvimento capitalista, afirmava que a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção. A revolução nos meios de produção acarreta o que se chama de aumento da composição orgânica do capital, mais investimento em capital constante (trabalho morto) do que em capital variável (trabalho vivo).

Esse processo, em seu sentido histórico, cria as bases materiais para a transição para um novo tipo de sociedade, o socialismo. No entanto, essa transição é longa e cheia de vicissitudes. Na atual etapa de resistência e acumulação de forças, o movimento sindical precisa definir uma agenda para enfrentar o desemprego tecnológico, a precarização do trabalho e perseverar na luta em defesa do salário e dos direitos.

Essa orientação tática deve levar em consideração a realidade do trabalho nos dias atuais, cada vez mais fragmentado e flexível. A reestruturação produtiva combinada com a hegemonia da oligarquia financeira atacam poderosamente os instrumentos de defesa do trabalho.

Esta é uma realidade bem diferente do período em que predominou o sistema fordista-taylorista. Nesse período, as grandes unidades produtivas e a imensa concentração de trabalhadores em um mesmo local viabilizaram conquistas históricas para os trabalhadores: emprego, direitos e proteção social.

O sindicalismo classista, sem abandonar a estratégia emancipacionista de sua classe, precisa atualizar suas formas de organização. Para citar um exemplo entre os trabalhadores bancários no Brasil. No ano de 2016, foram realizadas por telefone celular 21,9 bilhões de operações bancárias, correspondentes a 34% do total. Em contrapartida, nas agências bancárias, foram feitas apenas 8% dessas operações.

Esse exemplo concreto, que se repete também na indústria e em outras áreas, exige do movimento sindical maior criatividade em sua organização para enfrentar uma situação de mais trabalho com diminuição do número de trabalhadores. A “concorrência” predatória com robôs máquinas é um dos mais dramáticos desafios para o sindicalismo da atualidade.

Como enfrentar isso? A resposta não é simples, trata-se de problemas complexos. A presente Conferência, temos certeza, ajudará a encontrar respostas, formar uma opinião mais consistente para a defesa dos trabalhadores e a valorização do trabalho face à reestruturação produtiva em curso.

Apresentamos para debate algumas ideias iniciais, sem a pretensão de esgotar o assunto. Uma primeira questão é a necessidade de os estados nacionais regularem a aplicação das novas tecnologias associadas à proteção do emprego e ao combate ao trabalho precário, de baixa remuneração.

Uma medida indispensável para proteger o emprego é a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, para garantir trabalho para todos. Além de ampliar a oferta de trabalho, a redução da jornada tem a vantagem adicional de liberar tempo livre adicional dos trabalhadores para o descanso, o lazer e outras atividades sociais.

Uma outra proposta é a constituição de uma ampla rede de proteção social, com educação, saúde, moradia, transporte, cultura, esporte, lazer, etc. Essa proteção social ser uma prioridade para enfrentar as consequências do desemprego tecnológico e a precarização do trabalho, um instrumento eficaz para mitigar os efeitos deletérios do desemprego.

Ao lado da redução da jornada de trabalho e da ampliação da rede de proteção social, é fundamental a existência de um fundo público, com a participação do setor empresarial, para assegurar a manutenção do seguro-desemprego permanente, medida de alta relevância social.

As medidas acima apontadas exigirão do estado um duplo papel: regular a introdução das novas tecnologias e defender o emprego, o salário e os direitos dos trabalhadores. Essa ação do Estado só se viabilizará nos marcos de um novo projeto nacional de desenvolvimento de caráter progressista.

Esse projeto de desenvolvimento deve incorporar ações para a retomada do desenvolvimento econômico. Essa retomada demandará a ampliação de novos setores produtivos, criação de novos tipos de ocupação e novas capacidades para substituir profissões eliminadas pela reestruturação produtiva.

Permitam -nos, companheiros e companheiras, aproveitar a oportunidade e falar algumas palavras sobre o Brasil. A derrubada da presidenta Dilma e sua substituição por um governo ilegítimo jogou o país em uma crise profunda. O governo golpista adota uma política regressiva, restringe a democracia, fragiliza a soberania nacional e ataca duramente os direitos dos trabalhadores.

O golpe realizado no país praticamente liquidou, em menos de dois anos, os importantes avanços políticos, econômicos e sociais dos treze anos dos governos Lula e Dilma. A ação das forças conservadoras e de direita retarda a rota do Brasil para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático, soberano e com valorização do trabalho.

As principais vítimas do golpe são os trabalhadores, cujos direitos trabalhistas históricos são revogados. Neste curto espaço de tempo, o governo aprovou reformas que reduzem os direitos trabalhistas, permitem a terceirização em todas as atividades, fragilizam os sindicatos e a própria Justiça do Trabalho.

A próxima medida tramada pelo governo é reformar a previdência social do país. Tais medidas regressivas são adotadas em meio a uma situação de grave crise no país.

O Brasil está há três anos de recessão e estagnação econômica. O desemprego atinge mais de 13 milhões de trabalhadores, os salários reais diminuem e a legislação trabalhista se torna letra-morta.

A resistência é grande, o governo enfrenta forte rejeição da maioria da população. Um marco importante da resistência foi a grande greve geral de 28 de abril, a maior da história do país. Mas a resistência e a luta dos trabalhadores e de outros setores democráticos foram insuficientes, até o momento, para reverter a onda conservadora.

Nessa etapa de resistência e luta, a CTB considera como questão fundamental da conjuntura a união de amplas forças políticas e sociais para derrotar o golpe, realizar novas eleições presidenciais e abrir caminho para uma nova agenda de recuperação

dos direitos trabalhistas, valorização do trabalho, defesa da democracia e da soberania nacional.

São essas modestas considerações, companheiras e companheiros, que em nome da CTB apresentamos à essa Conferência.

Muito obrigado pela atenção

Nivaldo Santana,

Secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)